

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.097, DE 2002

“Institui o Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho”.

Autor: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que visa a instituir o Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho, conferindo competência ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE para criar o Conselho Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – Consest, órgão esse que será o responsável pelo estabelecimento de diretrizes da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

Além disso, a proposta estabelece uma série de requisitos de segurança e saúde no trabalho que devem ser observados por empregados e empregadores.

A proposição foi arquivada ao final da legislatura passada, nos termos do art. 105 do Regimento Interno desta Casa, sendo deferido seu desarquivamento na atual legislatura.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

É mais do que legítima a preocupação do ilustre autor ao apresentar a proposta em tela. Com efeito, é inquietante saber que, muitas vezes, o trabalhador está sujeito a riscos no exercício de sua atividade, apesar das normas atualmente em vigor.

Não obstante os índices oficiais de estatísticas apresentarem uma ligeira redução no número de acidentes de trabalho no País nos últimos anos, eles ainda se mostram elevados. Assim sendo, é bastante oportuna a iniciativa do Deputado Arnaldo Faria de Sá ao propor a criação do Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho que dá competência ao Ministério do Trabalho e Emprego de criar o Conselho Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – Consest, órgão que será responsável por definir as diretrizes para a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. Além disso, a proposta estabelece requisitos que devem ser obedecidos por empregados e empregadores, sempre visando aumentar a segurança no exercício da atividade.

Nesse contexto, posicionamo-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 7.097, de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora